

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO**  
**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**

**Parecer / COLICIT nº 19/2018**

**Assunto: Resposta à impugnação do Pregão Eletrônico nº 25/2018**

Em resposta ao pedido de impugnação apresentado pela empresa CELLSYSTEM LTDA, informamos o que se segue:

A Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Tal legislação tem como fonte a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se aplicando a todos os órgãos do Sistema Integrado de Serviços Gerais (SISG).

Conforme Art. 2º da IN 05/2014:

*Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:*

*I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>;*

*II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;*

*III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou*

*IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.*

De acordo com a IN 05/2014 devem ser priorizados os preços praticados no Painel de Preços e aqueles praticados por outros entes públicos, ou seja, os constantes nos incisos I e III do art. 2º do referido normativo. Caso a pesquisa junto às fontes nos incisos I e II resulte em uma cesta de preços aceitáveis, não haverá a necessidade de consulta às demais fontes.

Os valores que estão compondo o processo foram realizados de acordo com as pesquisas de mercado e referência do Painel de Compras do governo federal, estando de acordo com as especificações do termo de referência.

Desta forma, julgamos improcedente o recurso apresentado pela licitante, o qual indeferimos.

Pelotas, 09 de novembro de 2018.